

Jornal da Comunidade



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

- <https://www.uem.mz>
- facebook.com/uemmoc
- twitter.com/uemmoz
- youtube.com/uemmoz

Edição: 367 | Segunda-feira, 25 de Agosto de 2025 | Periodicidade: Semanal



VIII EDIÇÃO DO CAMPUS LIMPO

Carlos Serra defende criação de Centro de Interpretação Ambiental na UEM

O ambientalista e jurista Doutor Carlos Serra lançou, este Sábado, uma proposta ousada: a criação de um Centro de Interpretação Ambiental da UEM, a ser instalado no Campus Principal. O espaço teria como missão impulsionar iniciativas de educação ambiental, promover a circularidade de materiais e fortalecer a economia

circular, transformando resíduos sólidos em soluções úteis para a comunidade.

A ideia resulta de uma reflexão aprofundada e de consultas realizadas com docentes do curso de Educação Ambiental da Faculdade de Educação, e surge no quadro da VIII Edição do Campus Limpo.

Segundo o académico, o maior desafio ambiental da actualidade é a redução drástica da poluição plástica, devido ao seu elevado potencial nocivo para o meio ambiente e para a saúde humana.

“Parte do plástico é usado na alimentação, porque as embalagens de *take away* são feitas de plástico, categoria 6, altamente

AINDA NESTA EDIÇÃO:

UEM e UJC formalizam cooperação institucional

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Universidade Joaquim Chissano (UJC) assinaram, na Terça-feira (19/07), em Maputo, um Memorando de Entendimento que visa reforçar a cooperação entre as duas instituições nas áreas académica, desportiva e cultural.

Produtos e Brindes da Marca UEM

Contacte:
(+258) 87 345 6444
(+258) 86 812 8858
cecoma@uem.ac.mz



nocivo à saúde. Nós consumimos alimentos quentes nessas embalagens e os elementos químicos que compõem o *take away* afectam a nossa saúde”, alertou.

Carlos Serra defendeu ainda a introdução, em Moçambique, de um pacote de medidas restritivas ao plástico de uso único, sublinhando que “contêm substâncias químicas altamente nocivas”. Para ele, a simples observação dos vestígios recolhidos no Campus Limpo revela “uma alimentação não adequada” e os riscos que isso representa para a saúde pública.

Na sua intervenção, o Reitor da UEM, Prof. Doutor Manuel Guilherme Júnior, destacou a evolução do movimento Campus Limpo que, ao longo de oito edições, deixou de ser apenas uma actividade de recolha de lixo para se tornar um espaço de educação, consciência e parceria ambiental. Lembrou que a visão do Campus Limpo nunca foi apenas a realização de actividades de limpeza, mas consciencializar a



classe estudantil sobre temáticas ambientais. “Como instituição primeira, aqui em Moçambique, nós temos a responsabilidade de formar, mas também de consciencializar os nossos estudantes sobre outros aspectos igualmente relevantes para a vida social e profissional, o ambiente é um deles”, sublinhou.

O evento contou ainda com uma feira do

livro, uma exposição de gastronomia e um torneio de futsal, aberto com o pontapé inicial dado pelo próprio Reitor, encerrando, assim, uma edição que alia responsabilidade ambiental, cultura e desporto no coração da vida universitária. A próxima edição do Campus Limpo está marcada para o dia 6 de Dezembro.

REFORMA INSTITUCIONAL

UEM discute melhor modelo para uma Udi

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) está a viver um momento decisivo no seu processo de transformação em Universidade de Investigação (Udi). Directores de Faculdades e Escolas reuniram-se na Segunda-feira (18/08), em Maputo, para debater a reestruturação das unidades orgânicas, procurando o modelo de gestão mais ajustado às exigências de uma instituição que pretende colocar a investigação no centro da sua missão.

No encontro, foram apresentadas três propostas, resultantes das contribuições das Faculdades de Ciências, Economia e Engenharia. Cada uma traz uma visão própria sobre como estruturar melhor as faculdades e escolas para responderem aos desafios de uma Udi. O primeiro modelo sugere a criação de um Conselho Científico, de um Director-adjunto para Investigação, Inovação e Extensão e de um Departamento de Projectos de Investigação, Inovação e Extensão. O segundo é mais enxuto, prevendo apenas um Director-adjunto e um Gabinete de Projectos. Já o terceiro retoma a ideia de um Conselho Científico aliado a um Director-adjunto para Investigação e Extensão.

Ao abrir o encontro, o Director do Gabinete de Planificação, Qualidade e Estudos Institucionais, Prof. Doutor Hermínio Muiambo, destacou que o desafio é encontrar consensos em torno de um modelo capaz de tornar a UEM mais eficiente, menos burocrática e orientada para resultados. Recordou, ainda, que a reforma tem como objectivos centrais reduzir estruturas para cortar custos, priorizar a investigação



relevante para o desenvolvimento do país, descentralizar a gestão, dando maior autonomia às faculdades e escolas, e reforçar a cultura de qualidade e responsabilidade com base em resultados concretos.

Por sua vez, o Coordenador da Reforma Institucional, Prof. Doutor Nelson Zavale, sublinhou que a criação de departamentos ou unidades de projectos é uma peça-chave para apoiar investigadores. Essas unidades terão a responsabilidade de acompanhar a elaboração e submissão de propostas de investigação, extensão e inovação, além de garantir a gestão rigorosa dos fundos e a

avaliação dos resultados, através de indicadores claros de desempenho.

O modelo mais adequado será submetido aos órgãos colegiais da Universidade, para análise e homologação, antes da aprovação dos regulamentos que permitirão a sua implementação. Mais do que uma mudança administrativa, a reestruturação marca um passo estratégico na ambição da UEM de se afirmar como uma Universidade de Investigação de referência em África, capaz de gerar conhecimento, inovação e impacto directo no desenvolvimento de Moçambique.

UEM e UJC formalizam cooperação institucional

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Universidade Joaquim Chissano (UJC) assinaram, na Terça-feira (19/07), em Maputo, um Memorando de Entendimento que visa reforçar a cooperação entre as duas instituições nas áreas académica, desportiva e cultural.

No domínio académico, o acordo prevê acções como o intercâmbio de docentes e de estudantes de graduação e pós-graduação; colaboração entre centros de pesquisa; realização de cursos de curta e longa duração para docentes em metodologia de investigação; troca de documentação e informação; partilha de bibliotecas físicas e virtuais; co-organização de seminários, conferências, mesas redondas, debates e workshops; e concepção de projectos conjuntos de investigação e desenvolvimento institucional, entre outros.

Na área desportiva, o memorando contempla a realização de actividades e eventos, como jogos em diversas modalidades e caminhadas, bem como a partilha de espaços para o desenvolvimento da prática física.

No campo cultural, as universidades comprometem-se a organizar e participar em eventos como o Dia do Estudante, a Semana/Mês da Mulher, a Semana da Cultura, celebrações históricas nacionais e outras iniciativas de interesse comum.

Após a assinatura do memorando, o Reitor da UEM, Prof. Doutor Manuel Guilherme Júnior, destacou o papel histórico da UJC na formação dos primeiros diplomatas do



país. Sublinhou o interesse da UEM em fortalecer o conhecimento na área protocolar, não apenas para profissionais, mas também para gestores universitários.

O Reitor acrescentou que, a UEM, a UJC e a Universidade Pedagógica (UP) têm responsabilidades de liderança no ensino superior moçambicano e nas suas transformações, e que acordos formais como este permitem abordar assuntos comuns de forma coordenada, melhorando a qualidade

dos quadros das instituições.

Por sua vez, o Reitor da UJC, Prof. Doutor João Gabriel de Barros, elogiou o percurso e o reconhecimento regional e internacional da UEM e comprometeu-se a cumprir integralmente o memorando, no espírito e na letra.

O acto de assinatura foi testemunhado por dirigentes das duas instituições, a vários níveis.

DIA DO ENSINO COM RECURSO À TECNOLOGIA

Oradores defendem integração plena das tecnologias educativas no ensino superior

A integração das tecnologias educativas e o uso de recursos educacionais abertos foram destacados como factores decisivos para transformar a educação em Moçambique, tornando-a mais acessível, inclusiva e personalizada aos contextos locais. A ideia foi defendida pelo Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC), Prof. Doutor Lourino Chemane, durante a 5ª edição do Dia do Ensino com Recurso à Tecnologia, realizado na Sexta-feira (22/08), no Centro de Informática da UEM (CIUEM).

Segundo Chemane, a melhoria da qualidade de ensino requer infra-estruturas digitais robustas, plataformas e conteúdos abertos, capacitação de docentes e uma gestão eficaz de dados. “A comunidade académica é chamada a ser protagonista na transformação digital da UEM. As conquistas já alcançadas devem servir de base para novas metas de inovação, inclusão e qualidade”, afirmou.

O académico apontou, como exemplo, a implementação do Sistema de Identificador

Digital Funcional, associado ao Sistema de Certificação Digital, que permitirá garantir a identificação electrónica dos membros das comunidades académica e científica, a nível nacional, regional e internacional. Sublinhou ainda que um quadro legal sólido, aliado a modelos de financiamento inovadores e parcerias público-privadas, pode impulsionar a construção de um sistema educativo mais equitativo e sustentável.

Apesar dos avanços, Chemane reconheceu que “há desafios de infraestruturas e



financiamento, uma vez haver necessidade de mobilizar recursos para o estabelecimento e desenvolvimento de infraestruturas digitais nas Instituições de Ensino Superior.”

Por sua vez, a Vice-Reitora da UEM, Prof.^a Doutora Amália Uamusse, afirmou que a Universidade tem sido pioneira na introdução de tecnologias educativas no processo de ensino e aprendizagem. Para si, trata-se de um processo contínuo, que exige adaptação permanente e maior envolvimento da comunidade académica.

“É com o propósito de manter a comunidade académica actualizada no desenvolvimento e uso de tecnologias educativas para a promoção de sucesso académico que, há cinco anos, introduzimos o dia dedicado ao ensino com recurso a tecnologias”,

destacou.

A Vice-Reitora reconheceu, no entanto, que persistem desafios como as desigualdades no acesso às tecnologias, à formação contínua de docentes e a necessidade de uma integração contextualizada da Inteligência Artificial (IA), “por isso, o evento não é apenas espaço de discussão, mas uma ocasião de chamada à acção”, alertou.

O Director do CIUEM, Doutor Luís Neves, reforçou que a revitalização de infraestruturas tecnológicas, a introdução de ferramentas digitais e o investimento na capacitação de docentes e técnicos representam passos concretos na transformação digital em curso na UEM.

A 5ª Edição do Dia do Ensino com Recurso à Tecnologia decorreu sob o lema



Prof.ª Doutora Amália Uamusse

“UEM nos 50 anos de independência: ensino, aprendizagem, tecnologia e Inteligência Artificial para um desenvolvimento sustentável”.

MESA REDONDA SOBRE O DIREITO NA CONSTRUÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Urge repensar o Direito formal com base no direito costumeiro moçambicano

– afirmam oradores

Os oradores da Mesa Redonda sobre os 50 anos da independência nacional, promovida pela Faculdade de Direito da UEM, subordinada ao tema “O Direito na Construção de Moçambique: conquistas, desafios e perspectivas” foram unânimes em afirmar que urge repensar o Direito formal, a partir de uma perspectiva do direito costumeiro moçambicano que pode servir de base para, daí, emergir o Direito moçambicano propriamente dito.

Moçambique herdou um Direito inspirado no sistema romano-germânico que, conforme os oradores, está desfasado da realidade costumeira moçambicana e é incapaz de defender os interesses do país além-fronteiras, especificamente no que diz respeito aos grandes contratos.

Ademais, o país continua a adoptar o sistema romano-germânico enquanto o mundo

avança para um sistema de Direito formal híbrido que está mais próximo dos desafios contemporâneos.

Entretanto, reforçam os oradores, Moçambique deve repensar o seu Direito não apenas na perspectiva da sua relação com o mundo exterior, mas, em primeiro plano, deve satisfazer as demandas internas regulando de forma eficaz a vida social.

O Prof. Doutor Benjamim Alfredo, profundo conhecedor do Direito nacional, “deu o peito às balas” e admitiu que, Moçambique, ainda não possui um Direito formal desenhado a partir da base costumeira local, realçando que, nos últimos 50 anos, o país recorreu a normas para regular a vida social.

“O nosso Direito acaba mostrando as suas



fragilidades quando, nos contratos que assinamos com as multinacionais, as cláusulas que aparecem são de um sistema totalmente diferente do nosso e temos imensas dificuldades para interpretar e compreender o alcance e os objectivos dessas cláusulas”, disse.

Nesse sentido, o jurista desafia os académicos a investigarem a fundo a cultura moçambicana para encontrarem a base costumeira através da qual pode nascer o Direito tipicamente moçambicano.

Na mesma perspectiva, alinhou o renomado filósofo Severino Nguenha que, na sua opinião, além do Direito ajudar na construção de uma sociedade pacífica e se compatibilizar com a dinâmica socio-antropológica local, deve estar conectado com a realidade do país e do mundo.

“Parece que nós sabemos muitas coisas, mas as coisas que são essências e indispensáveis para o momento que nós vivemos, para podermos ser instrumentos para o Estado e para povo, estamos aquém disso”, referiu.

Passados 50 anos da independência nacional, o filósofo nota que em Moçambique continua a persistir uma discrepância abismal entre a lei positiva e a socio-antropologia nacional e uma geografia assimétrica do Direito, porquanto este é praticado em certas cidades e meios sociais, mas permanece distante das comunidades rurais do país.



Segundo Nguenha, trata-se de um dilema que só pode encontrar solução se pensar o Direito numa perspetiva moçambicana e extraído a partir da maneira como as populações vivem. “Este é um desafio à necessidade de termos uma escola de Direito que pense a partir das nossas culturas, da maneira como os nossos pais e avós vivem”, frisou.

Por sua vez, o Prof. Doutor Teodoro Waty, destacou que, em todas as etapas fundamentais da construção e do crescimento do país, o Direito esteve sempre presente. Lembrou que esteve presente na proclamação da independência nacional, na fundação da democracia monopartidária, hasteuou o pluripartidarismo representativo e

tem vindo a aceitar uma democracia guiada pela lógica da força, desenhada por eleições livres, justas e transparentes.

Todavia, Waty assume que o Direito aprofundou desigualdades económicas, afectou o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades, aprofundou a discriminação e a exclusão social e dificultou a implementação eficaz de boas políticas.

A mesa redonda, que juntou estudantes e docentes da Faculdade de Direito e não só, insere-se nas actividades da partilha de conhecimento, através da promoção de debates, reafirmando o compromisso com a geração de conhecimento relevante e a sua aplicação na resolução dos grandes desafios nacionais.

CEA capacita jornalistas em informação demográfica

Um grupo de jornalistas de diferentes órgãos de comunicação social sediados em Maputo beneficiou, semana passada, de uma formação intensiva sobre conceitos demográficos e populacionais. A capacitação, promovida pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA-UEM), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), teve como propósito dotar os profissionais de ferramentas que lhes permitam tratar dados populacionais com maior rigor, clareza e responsabilidade.

Ao longo da formação, foram abordados conceitos essenciais como natalidade, fecundidade e mortalidade, além de metodologias de análise e interpretação de variáveis demográficas. O objectivo é garantir que a informação transmitida pelos media seja sustentada por dados fiáveis, contribuindo não apenas para a formação de opinião pública esclarecida, mas também para influenciar políticas públicas de desenvolvimento. O Director do CEA, Prof. Doutor Carlos Arnaldo, explicou, na sessão de abertura, que a iniciativa visa massificar o uso de dados credíveis para influenciar políticas que



melhorem o bem-estar dos moçambicanos: “Esperamos que esta formação possa facilitar o acesso à informação fiável e correcta para o bem de Moçambique.”

Carlos Arnaldo sublinhou, ainda, que o jornalismo sobre questões populacionais exige um olhar crítico sobre as fontes, distinguindo entre oficiais e não oficiais, de forma a preservar a credibilidade das notícias.

A representante do UNFPA, Nádía Vaz, destacou que a parceria com a UEM responde a uma necessidade real do sector da comunicação social, pois, ao

compreenderem melhor os conceitos e indicadores demográficos, os jornalistas terão maior capacidade para produzir conteúdos de qualidade, contextualizados e de valor para a sociedade.

Os participantes confirmaram a utilidade da formação para a prática diária. Para Lília Langa, da Rádio Moçambique, o impacto será imediato: “poderemos elaborar as nossas reportagens de forma mais explícita para que o público não tenha dúvida ao ler os nossos textos.”

A mesma opinião foi partilhada pelo jornalista da Miramar, Geraldo Cinquenta,

que reconheceu as dificuldades de acesso às informações mais actualizadas sobre assuntos demográficos e populacionais como as mais enfrentadas pela classe na produção de matérias.

No final, ficou clara a mensagem central: um jornalismo bem informado em matéria demográfica é um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável de Moçambique, pois permite que a sociedade civil, os decisores políticos e as comunidades compreendam melhor os fenómenos populacionais que moldam o presente e o futuro do país.

50 anos de fotografia em diálogo geracional na ECA

Está patente, na Escola de Comunicação e Artes (ECA), desde a última Segunda-feira, 18 de Agosto, uma exposição que mergulha o público em meio século de história nacional. Sob o lema “Fotografia Moçambicana: 50 anos de olhar em transformação”, a mostra celebra o Dia Mundial da Fotografia e reúne um acervo que dialoga com diferentes gerações, da película analógica aos pixels digitais. A iniciativa é do Centro de Documentação e Formação Fotográfica (CDFF), em parceria com a ECA da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

A exposição apresenta imagens históricas retiradas dos arquivos nacionais, lado a lado com projectos digitais de jovens criadores, produzindo um percurso visual que vai dos filmes de Ricardo Rangel às produções feitas com smartphones. Ao revisitar momentos cruciais, desde os Acordos de Lusaka até aos dias de hoje, o público é convidado a reflectir sobre a fotografia como documento, arte, denúncia e memória colectiva.

Na abertura, o Reitor da UEM, Prof. Doutor Manuel Guilherme Júnior, destacou que a iniciativa reflecte o compromisso da Universidade com a valorização das artes visuais e da cultura como alicerces para a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável. “Da película de Ricardo Rangel ao pixel digital dos nossos jovens criadores, assistimos a um percurso visual que interpela a história e, simultaneamente, projecta-na para novas possibilidades, épocas e desafios”, afirmou.

A Directora do CDFF, Madalena José, explicou que a escolha da ECA para acolher



a mostra se prende com a necessidade de aproximar a nova geração de comunicadores da história do país, através da fotografia. Por seu turno, a Directora do Gabinete de Informação (GABINFO), Emília Moiane, sublinhou que a fotografia, aliada às tecnologias digitais, pode consolidar-se como uma poderosa indústria criativa e contribuir para o desenvolvimento nacional.

As celebrações incluíram, também, debates, oficinas e mesas redondas que abordaram temas como a preservação da autoria

na era digital, os caminhos para uma carreira sustentável no ofício fotográfico e o papel das novas tecnologias – incluindo a Inteligência Artificial – no futuro da fotografia documental.

A iniciativa encerrou com três compromissos principais: a digitalização ética dos acervos históricos, a formação contínua em novas tecnologias e direitos autorais e a criação de um mercado justo para a fotografia moçambicana.



Fortaleza de Maputo acolhe reflexão sobre narrativas afrocentradas na educação artística

A Fortaleza de Maputo recebeu, na Quinta-feira (21/08), mais uma sessão do ciclo de debates “Pensar a Educação Artística em Moçambique”, subordinada ao tema “Karingana Ua Karingana: (Re)construção de narrativas afrocentradas”. O encontro teve como orador principal o artista plástico Titos Pelembe e reuniu estudantes, artistas e profissionais do sector cultural, num exercício de diálogo e reflexão crítica sobre os últimos 50 anos de percurso artístico e cultural do país.

Na sua intervenção, Pelembe revisitou a forma como a história moçambicana tem sido representada em espaços simbólicos como a Fortaleza de Maputo, com destaque para a figura de Ngungunhane e o Império de Gaza. O artista observou que, embora Ngungunhane esteja presente nas representações, “o Império de Gaza está ausente”, o que reforça a necessidade de uma construção simbólica mais abrangente, que inclua vestimentas, utensílios, rituais de guerra, armamentos e outras expressões materiais e imateriais da cultura moçambicana.

Como exemplo de construção e manipulação de narrativas históricas, Pelembe evocou ainda a 1ª Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto, em 1954, sublinhando como este evento ilustra os mecanismos de representação e silenciamento cultural que se reflectem até hoje.

O ciclo de conversas, organizado em parceria com o Núcleo de Arte e outras instituições, procura estimular o pensamento crítico sobre o papel das artes na educação, resgatar memórias dispersas das últimas cinco décadas e promover a cultura como ferramenta essencial para preservar a história e inspirar futuros possíveis para Moçambique.



A sessão contou com a presença de estudantes do Instituto Superior de Artes e Cultura (ISARC), do Instituto Comercial de Maputo, do Instituto Agro-Industrial de Salamanga, bem como de artistas e outros

agentes culturais, num ambiente de partilha que reforçou a importância da arte como espaço de identidade, resistência e transformação social.



FICHA TÉCNICA

Director: Adão Matimbe

Editor: Cezinando Gabriel

Redação: Carlos Macuacua e Deuladeu Domingos

Revisão Linguística: Prof. Doutor Eliseu Mabasso

Layout: Nelton Gemo

Fotografia: Boaventura Mandlate

Contacto:

Centro de Comunicação e Marketing da UEM (CECOMA)

Campus Universitário Principal

Av. Julius Nyerere, nr. 3453, Maputo

+258 (21) 430239 | cecoma@uem.ac.mz

www.jornal.uem.mz



XIII CONFERÊNCIA CIENTÍFICA - 2025

50 anos de Independência de Moçambique: A UEM na ciência, tecnologia e inovação em prol do desenvolvimento

▶ MAPUTO, 16 - 19 de SETEMBRO de 2025

A Conferência Científica da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), é um fórum bienal, inter e multidisciplinar, que visa a apresentação e disseminação dos resultados da investigação realizada por docentes, investigadores e estudantes da UEM e de outras instituições nacionais e internacionais. Este evento constitui um espaço de partilha de oportunidades, de estabelecimento de contactos, parcerias e interação entre a comunidade académica nacional e internacional, sociedade no geral e parceiros de cooperação. A UEM dedica esta XIII Conferência Científica à reflexão sobre o seu contributo para o desenvolvimento das comunidades e da sociedade moçambicana através da ciência, tecnologia e inovação, nestes 50 anos da independência. O evento abrange diversas áreas científicas que contribuem para o desenvolvimento global.

ÁREAS TEMÁTICAS

1. Saúde e bem-estar
2. Recursos Naturais, Ambiente e Mudanças Climáticas
3. Engenharia, Inovação e Transformação Tecnológica
4. Produção Agrícola, Animal e Florestal
5. Governança, Economia e Direitos Humanos
6. Território, População e Desenvolvimento Sustentável
7. Cultura, Sociedade, Educação e Informação
8. Inteligência Artificial e TICs
9. Transversais¹

INSCRIÇÕES

Os interessados em participar neste evento deverão inscrever-se, nos prazos indicados, através do link: <https://shorturl.at/1GXS6>

ELABORAÇÃO DOS RESUMOS

Os autores devem apresentar os resumos das comunicações orais e poster, obedecendo as instruções apresentadas no seguinte link: <https://shorturl.at/volbi>.

Os autores devem indicar o formato no qual pretendem apresentar o trabalho: comunicação oral ou poster.

Os trabalhos aceites para apresentar na XIII Conferência Científica, uma vez elaborados os manuscritos, poderão ser submetidos à Revista Científica da UEM, desde que os autores sigam os procedimentos e normas vigentes.

DATAS IMPORTANTES

28/02/2025	Início das inscrições dos participantes e submissão dos resumos
30/05/2025	Data-limite para a submissão dos resumos
15/07/2025	Notificação e divulgação dos resultados da avaliação dos resumos
08/08/2025	Fim das inscrições dos participantes
01/09/2025	Data-limite para a submissão das apresentações em <i>Powerpoint</i> ou <i>Poster</i> ²
01/09/2025	Divulgação do Programa da XIII Conferência Científica da UEM
16-19/09/2025	Realização da XIII Conferência Científica da UEM

¹ Trabalhos transversais às outras áreas temáticas como por exemplo Género, Desporto e Cidadania.

² Consultar as instruções de como preparar a apresentação e o poster no website: <https://conferenciacientifica.uem.mz>

DÚVIDAS E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Para informações adicionais sobre o evento poderá contactar a organização através do seguinte endereço eletrónico: conferenciacientifica@uem.mz ou Telemóvel/Whatsapp: +258 82 327 0962

www.uem.mz

facebook.com/uemmoc

twitter.com/uemmoz

youtube.com/uemmoz